

Dívida pública pode saltar de 32% para 50% do PIB, alerta Vito Tanzi

■ Economista do FMI diz que só um ajuste fiscal poderá impedir esse crescimento

FÁBIO ALVES E ALEXANDRE PINHEIRO

BRASÍLIA — Vito Tanzi, o diretor do departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e autor da teoria conhecida como *efeito Tanzi*, fez um alerta à equipe econômica brasileira: o governo precisa fazer um ajuste fiscal com urgência para interromper o crescimento perigoso da dívida pública.

“Se forem mantidos os níveis atuais de taxa real de juros, crescimento econômico e superávit primário, a dívida líquida do setor público poderá crescer dos atuais 32% do Produto Interno Bruto (PIB) para 40% ou 50% antes que se perceba”, disse ontem Tanzi, durante o seminário internacional sobre finanças públicas, em comemoração aos dez anos da Secretaria do Tesouro Nacional.

Para o economista, o governo precisaria hoje pelo menos triplicar esse superávit, ou seja, gerar uma economia de R\$ 21 bilhões (3% do PIB, segundo números do Banco Central). Isso teria de ser feito com corte de despesas e não com o aumento de receitas, uma vez que a carga tributária do país já é bastante elevada (30% do PIB).

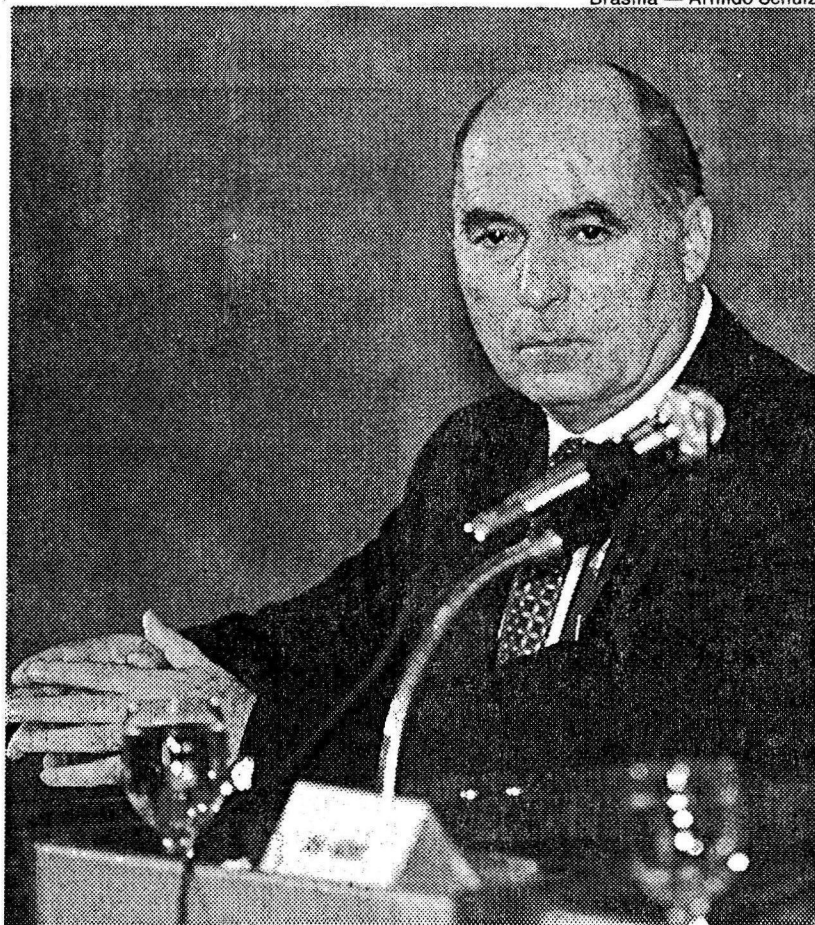
Tanzi criticou as desigualdades de renda no Brasil, que também podem constituir-se num empecilho ao crescimento. “Embora sob o Plano Real a renda da população pobre tenha aumentado significativamente, as disparidades só foram reduzidas até o nível em que se encontravam em 1990, e portanto, continuam altas”, disse. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Urgência

“Embora a dívida líquida total do setor público do Brasil não seja elevada (acima de 32% do PIB) em comparação com outros países, essa dívida combinada com uma elevada taxa real de juros e um baixo crescimento econômico pode criar uma situação muito instável. Se o governo não fizer nada agora, e se as atuais variáveis de juros, crescimento e superávit primário forem mantidas, a participação da dívida pública no PIB vai crescer muito rapidamente a cada ano. E, antes que seja percebido, pode crescer dos atuais 32% para 40% ou 50%, o que, naturalmente, colocará maior pressão sobre as taxas de juros e exigirá maior gasto do governo com o serviço da dívida”.

Futuro

“Em simulações feitas por nossos técnicos até o fim desta década, o crescimento constante da relação dívida pública/PIB forçaria o governo a garantir um aumento substancial do superávit primário e redução adicional das taxas de juros sobre a dívida. Assumindo que até o ano 2000 a taxa real de juros permaneça por volta de 12,5% ao ano, o crescimento do PIB mantenha-se por 3% a 4% ao ano e o superávit primário continue 1% do



Vito Tanzi: “Disparidades na renda da população continuam altas”

PIB (estimativa para 1996), será observado um aumento substancial na relação entre dívida pública sobre PIB, acarretando aumento nas taxas de juros reais. Por conta desses fatores, o governo precisa antecipar medidas fiscais para fazer um drástico ajuste o mais breve possível. Podem ser medidas para reduzir o valor gasto com aposentadorias e para diminuir a folha de pagamento do funcionalismo público, por exemplo. São ações necessárias para aumentar o superávit primário do atual 1% do PIB para algo entre 3% a 4% do PIB. Isto porque a manutenção de um superávit primário de 1% é insuficiente para reverter uma dinâmica perversa do crescimento da dívida pública em relação ao PIB. Principalmente porque a diferença entre a taxa de juros média que incide sobre a dívida pública e a taxa de crescimento real do PIB é de pelo menos de dez pontos percentuais”.

Bancos estaduais

“Os bancos estaduais contribuíram significativamente para essa dinâmica do crescimento da relação dívida pública/PIB. Em 1995, a posição fiscal deteriorou-se muito. No final de 95, a dívida líquida do setor público aumentou quase três pontos percentuais, para mais de 32% do PIB. Esses bancos concederam mais empréstimos do que deveriam, principalmente para os governos estaduais, permitindo que os governos aumentassem seus gastos para um nível maior do que o recomendável. No fim, esse ônus acaba sendo transferido para o governo federal, que tem de intervir e refinanciar a dívida dos governos estaduais. Se os bancos estaduais não existissem, os governos estaduais não teriam

como elevar seus gastos, muitas vezes com as antecipações orçamentárias. A queda na inflação revelou deficiências do sistema bancário brasileiro, em especial dos bancos públicos. Será importante dar prosseguimento firme e rápido à privatização ou, em casos extremos, até fechar os bancos estaduais”.

Privatização

“Não há dúvida de que a melhor utilização dos produtos de privatização é para reduzir a dívida, quando se tem um cenário de taxas de juros reais sobre a dívida pública tão altas quanto as do Brasil. Se você consegue arrecadar US\$ 1 bilhão com a venda de uma estatal e utiliza esse US\$ 1 bilhão para abater a dívida, é possível obter uma economia de US\$ 120 milhões por ano com pagamento do serviço da dívida, o que ajuda a melhorar o cenário da dinâmica do crescimento da dívida sobre o PIB”.

Efeito Tanzi

“As autoridades econômicas brasileiras foram mais inteligentes do que a de outros países, porque entenderam o impacto da inflação sobre a arrecadação dos impostos. O Brasil adotou muitas medidas, como a redução do tempo de arrecadação (a partir do fato gerador) e a indexação completa da receita tributária. Assim, mesmo com inflação elevada, o nível de arrecadação no Brasil não caiu dramaticamente, como na Argentina.

Mas agora vocês estão pagando o preço desse sucesso ao lidar com o *efeito Tanzi*, uma vez que a estabilidade dos preços da economia produziu ganhos modestos na receita tributária, mas houve aumento forte nas despesas.